

ATA DA 035ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 005/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que altera o inciso I do art. 14 da Constituição do Estado de Santa Catarina para estabelecer a participação majoritária da sociedade civil organizada nos conselhos estaduais de cunho social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0248/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que proíbe a venda de rifas e afins, por crianças e adolescentes, no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0806/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1266/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 1267/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 1268/2013, 1270/2013 de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1269/2013, de autoria do deputado Reno Caramori.

Moção n. 0118/2013, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao empresário Wandér Veege de Jaraguá do Sul, parabenizando-o por adotar práticas ambientalmente responsáveis, transformando a Malwee na única empresa do Brasil e da América Latina a integrar a - SAC - Sustainable Apparel Coalition, que reúne as 100 marcas mundiais comprometidas com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0119/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviada à procuradora da República no município de Criciúma, pedindo pelo não fechamento do único acesso à Barra do Rio Araranguá, na praia do Balneário do Morro dos Conventos, município de Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0120/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Delegação de Atletas do Município de Blumenau, manifestando aplausos pela conquista do 53º Jogos Abertos de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0107/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao Programa Juro Zero.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, queria fazer um registro como bom jequeano a ajudinha que demos para o Figueirense subir para a série A. E, por isso, os parabéns ao Figueirense com a ajudinha do JEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro deputado Kennedy Nunes, sempre lembrando de Joinville.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha na tarde desta quarta-feira pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Evidentemente que minha discussão vai trilhar em termos das presenças e ausências de projetos de lei relativos ao salário dos servidores públicos do estado de Santa Catarina, a começar pelo lamento ou pela manifestação de indignação dos servidores administrativos da secretaria de Segurança Pública.

São 500 e poucos servidores e todos os anos voltamos a esta tribuna para dizer que o estado os deixa discriminado em relação aos demais servidores, especialmente a uma certa parcela, considerada a elite do serviço público estadual, inclusive na área de Segurança Pública.

Para os servidores administrativos da Segurança Pública, cerca de 500 apenas que cumprem uma missão importante dentro da Segurança Pública, a partir do momento em que o serviço libera policiais e bombeiros para atividade fim das instituições, o governo está dando uma parte de forma parcelada, fatiada, de uma gratificação que outros servidores do mesmo nível de concurso já ganharam há muito tempo, e ainda vai pagar em três longuíssimas vezes: agosto de 2014, agosto de 2015 e agosto de 2016. Portanto, a partir desta data e até três anos e meio, que é o mandato inteiro do

governador, para dar um aumento pífio, uma parcela de uma gratificação que outros servidores, repito, do mesmo nível na secretaria ao lado ou até na mesma secretaria, já ganham há muitos anos.

As próprias autoridades da Segurança Pública onde esses servidores trabalham, precisam refletir e colocar a mão na consciência, pois estão dando um salto salarial gigantesco enquanto os servidores administrativos mais uma vez ficam relegados a qualificação de terceira categoria.

Não bastassem as diferenças e o tratamento desproporcional dentro das próprias instituições da Segurança Pública, como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, e Instituto-Geral de Perícias, o tratamento dos servidores administrativos é ainda mais dramático e mais discriminatório.

Fica aqui o nosso repúdio em nome destes servidores que sem sindicato, pelo menos aparentemente, não encontram voz ativa sequer para repudiar os atos de discriminação dos quais são vítimas de forma repetitiva todos os anos.

Outro registro necessário é que hoje dia 04 de dezembro, está iniciando a greve dos fiscais sanitários da Cidasc. Uma categoria de trabalhadores públicos do estado de Santa Catarina, secretário Gelson Sorgato, cujo vencimento é inferior a R\$ 1.000,00, na verdade, R\$ 895,00, e com o auxílio alimentação chega a R\$ 1.200,00, bruto.

E o estado de Santa Catarina se exalta e se orgulha tanto e enche a boca para dizer que Santa Catarina é o único estado da federação livre de febre aftosa sem vacinação e trata dessa forma aqueles servidores e servidoras que estão lá na linha de frente, nas divisas dos estados, parando caminhões durante 24 horas por dia. Inclusive, muitas vezes, uma mulher, uma servidora feminina, uma senhorita, uma jovem senhora, parando caminhões nas divisas do estado de Santa Catarina para ver se não estão trazendo carne com osso para garantir que a febre aftosa não volte ao nosso estado de Santa Catarina, ganhando menos de R\$ 1.000,00.

E aqui por um triz não foi votada hoje a PEC unificando os tetos salariais de todos os poderes e órgãos do estado ao do Poder Judiciário.

Que incoerência de um Poder Executivo que argumenta que não tem dinheiro quando os servidores da Saúde, que estão em assembleia ali na praça, quando os servidores da base da Segurança Pública, quando os professores e professoras e os fiscais da Cidasc, os chamados barreiristas, reclamam que o salário está baixo e que vai para a imprensa, faz todo um discurso e leva as planilhas para mostrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite etc. e tal, e que os servidores são ingratos porque tiveram não sei quanto de aumento nos últimos anos.

Portanto, não tem como deixarmos de repudiar esta PEC.

Quero repetir para a maioria dos deputados deste Poder que vai com o governador e com vários secretários de estado para a Rússia, China, Índia e Japão para vender carne suína e aves, que os barreiristas da Cidasc estão entrando em greve hoje porque o salário deles é de R\$ 895,00. Com R\$ 300,00 de vale alimentação, fica R\$1.200, bruto. E mais, quem mora nas cidades tem que pegar o próprio carro ou ônibus de linha, se tiver, para irem ao trabalho, que é longe de casa, na fronteira, em região de local ermo trabalhando sozinho, parando caminhões na madrugada em estradas que entram caminhões inclusive com toneladas de drogas, vindas de outros estados e outros países para Santa Catarina. E os servidores estão lá sozinhos cercando esses caminhões.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que conhece a pauta e é solidário com esses trabalhadores e trabalhadoras, sabe que é preciso que se reflita sobre isso tudo no momento em que o estado de Santa Catarina tem dito que está resolvendo o problema salarial de todo mundo. Não é verdade! Está resolvendo principalmente o das cúpulas; os outros, na melhor das hipóteses, estão sendo remediados. E muitos setores importantes estão à mercê da reflexão.

Nossa solidariedade aos trabalhadores da Cidasc e o nosso apoio a greve. O nosso repúdio a forma pouco inteligente, pouco sensata e absurdamente incoerente do governo do estado por tratar de forma tão diferente os diversos segmentos do serviço público estadual.

É preciso que as autoridades do governo deem respostas a esses trabalhadores, se é que efetivamente Santa Catarina quer continuar se orgulhando de ser o único estado brasileiro livre de aftosa sem vacinação.

Queria concluir, fazendo referência à audiência pública, na manhã, de hoje, que discutiu a situação das pessoas ostomizadas no estado de Santa Catarina. Uma iniciativa do deputado Jorge Teixeira, a quem quero parabenizar mais uma vez, dentre várias questões importantes, um debate muito tranquilo, uma conversa tranquila, e ficou evidente, deputado Kennedy Nunes, que dos 2.802 pacientes ostomizados no estado de Santa Catarina, 1.400 poderiam fazer cirurgia e deixar de serem ostomizados.

Portanto, um dos encaminhamentos da audiência pública da manhã de hoje é que o mutirão das cirurgias eletivas leve isso em consideração, pois a metade das pessoas ostomizados de Santa Catarina podem deixar de ser se tiverem condições de fazer a cirurgia, porque clinicamente, fisicamente, estão aptos para fazer a cirurgia e deixar de ser ostomizados.

Quero parabenizar mais uma vez todos que participaram, especialmente o dr. Jorge Teixeira, que foi o proponente da audiência, em trazer mais essa demanda ao governo do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, bem lembrado com relação às pessoas ostomizados. Lá em Joinville temos muito pacientes organizados nesta luta.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, queria saudar todos os vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, que estão nas galerias da Casa acompanhando nosso trabalho ou participando de eventos importantes, como o Encontro Estadual de Vereadores, para discutir as oito grandes ações do milênio a serem combatidas nas próximas décadas para que o mundo fique melhor para todos.

Quero cumprimentar todos os vereadores, nossos amigos que estão nesta Casa hoje.

Sr. presidente, este ano nós acompanhamos muitos movimentos sociais, muitos gestos. E certamente esse povo que se manifestou com esse grande gesto, revelando indignação, espera que o governo entenda o que eles estão querendo dizer e como vamos responder.

E uma das coisas que entendi foi a questão da saúde. Noventa por cento de todos que estão me ouvindo neste momento não têm qualquer tipo de doença, mas 10% estão precisando de alguma coisa na área da saúde, fazer uma cirurgia, um exame, ou alguém muito querido, muito próximo está enfermo e precisa do apoio de alguém para resolver.

As últimas pesquisas revelam que algumas áreas melhoraram, mas na área da Saúde continuam os 60% ou 70% das pessoas dizendo que a saúde vai mal; que as pessoas que precisam de atendimento não têm a resolução do seu problema no tempo que a doença exige para não agravar ou sucumbir, como é o caso do câncer.

Semana passada o deputado Jailson Lima apresentou uma emenda, através da qual, nós deputados, teríamos a oportunidade de praticar o gesto de lutar por aquilo que o povo precisa, e a saúde é a prioridade. Considerando que existe na Constituição um percentual daquilo que se arrecada de imposto, e essa arrecadação tem crescido graças ao trabalho dos catarinenses, àqueles que consomem os nossos produtos, esta Casa, que tinha 3,8% da arrecadação, agora terá 4,51% da arrecadação líquida do estado. Esse percentual é para a

Assembleia Legislativa gastar com todos os trabalhos relativos à legislação, às atividades desta Casa.

E já demonstramos nos últimos anos que podemos economizar ainda mais. No ano passado, foram R\$ 40 milhões, no ano retrasado foram quase R\$ 60 milhões, e este ano, acredito, vai passar de R\$ 70 milhões, R\$ 80 milhões que a Assembleia economizará. Ela poderia ter gasto, mas economizou, e vai devolver ao governo do estado. E na hora em que devolver ao governo do estado, certamente o governo dará um bom destino, mas como temos conhecimento de que a saúde é a maior prioridade, é a maior deficiência que há hoje, eu, deputado Serafim Venzon, e certamente os srs. deputados, gostaríamos que essa devolução - pelo menos parte disso - fosse feita para os hospitais públicos, para comprar algum equipamento para atender melhor quem chega ali, para os hospitais filantrópicos, para o custeio, para pagar a folha de pagamento, para pagar o 13º salário e para pagar as férias também. É direito trabalhista, isso dá dinheiro, dá consumo, é custeio.

Então, esse recurso que está sobrando aqui para nós vamos devolvê-lo, até por lei constitucional. E nesse projeto em que sou relator na comissão de Constituição e Justiça pretendemos devolver o recurso ao governo, mas que seja colocado num fundo para dar atendimento a essa prioridade.

O Tribunal de Justiça, que tem uma atividade muito grande, que tem motivo de sua ampliação, que precisa fazer chegar à Justiça, para mais catarinenses, talvez tenha um percentual até insuficiente para atender! Mas não faz mal, se eles precisam usar todo aquele recurso para fazer o trabalho que se prontificam de uma boa forma, ótimo, não há problema algum!

Assim também é com o Ministério Público que hoje recebe um percentual que corresponde a um valor absoluto, e pode ser que aquele recurso seja até insuficiente. Então, não faz mal se eles não puderem contribuir com nada.

Se o Tribunal de Contas, no cumprimento de sua tarefa, não puder contribuir com nada, não há problema. Se juntarmos somente o da Assembleia, que são R\$ 70 milhões, R\$ 80 milhões, dirigidos para os hospitais, com certeza vai fazer uma diferença.

É por isso, sr. presidente, que eu, como relator, relatei o projeto do deputado Jailson Lima dando parecer favorável, fazendo um substitutivo global da sua destinação, incluindo os hospitais públicos e os hospitais filantrópicos, todos os hospitais, para permitir que eles cheguem a esse recurso.

A comissão de Constituição e Justiça aprovando, vai para a comissão de Finanças que poderia se reunir com o ministério da Justiça, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público e com o próprio presidente da Assembleia. E se chegássemos à conclusão de que eles vão usar todo o recurso na atividade, não haveria nenhum problema, continuaríamos votando a favor para que permaneça ou para até que aumente o recurso, se for necessário, se for para melhorar. Não há problema algum.

Por isso, sr. presidente, dei parecer favorável, para que lá na comissão de Constituição e Justiça se discuta percentuais, se discuta valores, mas que o dinheiro que a Assembleia vai devolver agora já possa ser utilizado em benefício da saúde dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria, na tarde de hoje, de fazer dois registros.

O primeiro deles é para agradecer a este Parlamento pelo acolhimento e pela votação favorável à PEC de origem legislativa, deste parlamentar juntamente com a deputada Angela Albino. E eu vejo aqui duas dezenas de assinaturas

de colegas parlamentares que ajudaram a fazer a tramitação da mesma.

Quero dizer que esse é um passo extremamente importante, porque existe um apelo muito grande por parte dos diferentes segmentos da sociedade, principalmente no que diz respeito à constituição de conselhos de diferentes setores que têm o cunho social.

Eu sei que essa demanda tem aparecido por vários momentos, mas ela apareceu mais fortemente agora nas audiências públicas que realizamos ao trato do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho da nossa Juventude. E tem-se intensificado enormemente o apelo para fazermos essa alteração na Constituição do estado de Santa Catarina, no seu art. 14, inciso I, sendo que se respeita aqui a questão dos conselhos no campo administrativo e econômico. Porque nós até entendemos que é prerrogativa por parte do Executivo ele ter um certo controle para o bom andamento do próprio Executivo.

Mas não têm razão os conselhos eminentemente sociais, de caráter social, em que se tinha até então a paridade: tantos membros iguais tanto da sociedade civil bem como por parte do governo. Com essa alteração permite-se que os conselhos de caráter social possam ter 2/3 de participação nos devidos conselhos.

Então, quero deixar aqui o registro de agradecimento a todos os parlamentares que votaram a favor dessa PEC de cunho essencialmente social. Muito obrigado a cada um e a cada uma!

Há um segundo registro que quero fazer desta tribuna. Eu fiz, na tarde de ontem, menção sobre a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e da qual nós, na última segunda-feira, fizemos o lançamento nesta Casa.

Além de vários encaminhamentos que competem a essa frente parlamentar, temos lá várias sugestões que vamos implementar ao longo dessa nossa caminhada. Além de uma ampla publicidade, quem sabe, a partir desta Casa e dos veículos de comunicação falado, escrito, televisionado por

todo estado de Santa Catarina, nós também queremos constituir aqui um grupo que vai armazenar informações e, ao mesmo tempo, também fazer os devidos encaminhamentos de várias ações que vamos executar por todo estado de Santa Catarina.

E entre outras, nós também já tomamos a liberdade, a exemplo do estado do Rio Grande do Sul, por iniciativa do governador, de encaminhar um projeto de lei a esta Casa que dispõe sobre o monitoramento eletrônico do agressor por violência doméstica e familiar contra mulheres no âmbito do estado de Santa Catarina.

Estou protocolando um projeto de lei nesta Casa, exatamente para tratar a questão do acompanhamento, do monitoramento dos agressores.

A exemplo do Rio Grande do Sul, queremos avançar mais nesse sentido. O projeto de lei está baseado na Lei Federal n. 11.340, de 2006, e da Lei n. 12.403, de 2011, aqui do estado de Santa Catarina.

Então, baseado nesta legislação estamos propondo este projeto de lei, que trata, no seu art. II, que o agressor será submetido ao monitoramento eletrônico, conforme, claro, a viabilidade técnica e ao mesmo tempo, à disponibilização de equipamentos às respectivas comarcas através da secretaria de Segurança do estado de Santa Catarina.

E aí vem a questão de vários parágrafos que dão sustentação a este artigo.

(Passa a ler.)

"§ 1 - O monitoramento eletrônico poderá ser feito por meio de tornozeleira, bracelete ou chip."

É o que queremos, conforme a espécie disponível dentro do estado de Santa Catarina, através da Segurança Pública.

(Continua lendo)

"E a mulher que é vítima será instruída sobre os procedimentos para a efetiva fiscalização."

Então é claro, que isso aqui vai suscitar muitos debates, muita discussão, mas temos que avançar nesse sentido e coibir todo e qualquer

tipo de violência contra a mulher no âmbito do estado de Santa Catarina e por todo o país.

Oxalá se pudéssemos chegar a um determinado momento e enxergarmos as pessoas como seres humanos. E não como objetos!

Quando tivermos essa capacidade, não tenho dúvida nenhuma, vamos construir um novo momento, uma nova realidade na sociedade da qual fazemos parte.

Eu destacava, no dia de ontem, deputada Ana Paula Lima, que no nosso estado de Santa Catarina, infelizmente, há cinco municípios que estão entre os 100 de maior violência contra as mulheres no país. Isso é inadmissível num estado como o nosso, que se destaca em quase todos os setores.

Mas, infelizmente, destaca-se no setor também da violência contra as mulheres. Então, temos que trabalhar desde os bancos escolares, com meninos e meninas, criando uma nova cultura, uma nova consciência e respeito à liberdade para com as mulheres na nossa sociedade toda. Temos grandes desafios pela frente.

Queremos ser instrumentos de contribuição nesse processo. Nós não queremos, de forma nenhuma, que se diminua o trabalho riquíssimo que as mulheres estão fazendo na sociedade como um todo. Elas têm crescido, evoluído enormemente na sua atuação, nos diferentes segmentos da sociedade.

Então era essa, sr. presidente, a minha manifestação sobre esses dois temas na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra, a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, um cumprimento especial a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Depois de muito tempo de luta, graças a Deus, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa

Catarina vai operar, em caráter experimental, ainda, a TV aberta.

Nós estivemos presentes, deputado Sandro Silva, em todas as negociações, inclusive no Congresso Nacional, porque tínhamos que divulgar para todos os catarinenses, não somente em canal fechado, mas em canal aberto, os trabalhos realizados por esta Casa.

O quanto é importante, também, a divulgação das leis que deliberamos neste plenário para o povo catarinense ter conhecimento, inclusive, do que o seu deputado ou a sua deputada, tem feito no Parlamento Catarinense.

É uma oportunidade que a nossa população tem, aqueles que têm assinatura de canais fechados, como várias empresas, de nos acompanhar, mas a TV em canal aberto vai oportunizar muito mais catarinenses a acompanhar os trabalhos desta Casa.

Então, quero dar parabéns a todas as pessoas da comissão, a toda equipe que ajudou na elaboração desse processo. Na época já tratávamos desse assunto com o então presidente Julio Garcia, depois, juntamente com o então presidente Gelson Merisio acompanhamos, e agora, com o deputado Joares Ponticelli estivemos em Brasília apresentando o projeto para que possamos fazer conjuntamente com a Câmara Federal esse canal aberto.

Eu acho isso de extrema importância para o estado de Santa Catarina. Já acontece em outros estados esse compartilhamento de canal, e Santa Catarina também tem que aproveitar essa oportunidade.

Mas venho aqui neste horário das Explicações Pessoais, srs. parlamentares, para dar também o meu testemunho do que vivenciei na semana passada, muito de perto, com a vinda da nossa presidenta, Dilma Roussef, ao estado de Santa Catarina, como bem falou aqui a deputada Angela Albino sobre essa parceria do governador Raimundo Colombo com a nossa presidenta Dilma Roussef, que é sinal de que o governo federal está nos bom caminhos e tem sido generoso com o nosso estado, com a liberação de

recursos para fazer as obras necessárias para Santa Catarina.

Isso é uma demonstração de respeito, não somente ao estado de Santa Catarina, mas com todos os estados da nossa federação, trazendo, de uma forma muito republicana, contribuição à nossa população.

Apenas o estado de Santa Catarina recebeu este ano R\$ 10 bilhões, e pasmem, sras. e srs. deputados, somente R\$ 800 milhões, nem 10% do que foi liberado para o estado de Santa Catarina, está sendo gasto. São muitos recursos que têm vindo para o nosso estado, por isso que o governador está apoiando a nossa presidenta e nós ficamos felizes, sim, com esse apoio.

Ninguém nega apoio. Nós queremos, sim, que o governo federal continue trabalhando do jeito que está, com uma mulher na Presidência da República, que tem feito um excelente trabalho.

Então, na semana passada, acompanhamos a agenda da nossa presidenta Dilma Rousseff nas três cidades em que ela esteve presente, como na região de São Francisco do Sul, onde inaugurou obras de expansão do porto e participou da entrega de máquinas e caminhões para as prefeituras catarinenses que ainda não estavam sendo contempladas. Foi muito feliz a vinda desses prefeitos neste momento.

Foram 59 prefeituras contempladas, entre caminhões e motoniveladoras, que serão importantes, principalmente para os municípios com menos de 50 mil habitantes, que podem fazer também o atendimento à população nas ruas vicinais e também atender aquele pequeno agricultor que precisa de uma patrola, de uma motoniveladora, de um caminhão-caçamba. Então, os municípios menores tiveram a oportunidade de ganhar esse presente do governo federal.

Nesta semana, na próxima sexta-feira, acontecerá, no município de São Domingos, a entrega do que faltava para aquela região.

O governo federal já entregou a todos os municípios catarinenses que possuem população de até 50 mil habitantes máquinas retroescavadeiras

e, até março do ano que vem, irá entregar o que faltava para alguns municípios, que são as motoniveladoras e os caminhões-caçamba. Cumprindo assim o seu compromisso de garantir aos municípios uma frota de equipamentos adequados aos desafios que as prefeituras possuem cotidianamente. Não somente isso, mas para atender as ruas, os sinais dos municípios pequenos, também os nossos agricultores, a nossa presidenta Dilma Rousseff juntamente com o ex-presidente Lula, também fizeram uma renovação na área do transporte escolar em vários municípios catarinenses que receberam os seus ônibus para transportar as nossas crianças até as escolas.

Na cidade de Itajaí, foi homenageada pela sanção neste mês, a lei que regulamenta o funcionamento das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, conhecidas como Universidades Comunitárias.

O estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul foram pioneiros nesse tipo de universidade, haja vista que havia somente as universidades federais e muitas pessoas que moravam no interior do nosso estado não tinham a oportunidade de estudar na universidade federal. Assim, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul destacaram-se por esse modelo de universidades comunitárias que tem feito e fazem muito bem para o nosso estado.

A lei que regulamenta o funcionamento das universidades comunitárias autoriza a participação dessas instituições na destinação de recursos orçamentários e dos editais reservados para instituições públicas, diferenciando-as de instituições privadas e com fins lucrativos.

Em Santa Catarina hoje existem 16 instituições de ensino superior comunitárias. Isso é um avanço! Os reitores, professores e alunos dessas universidades comunitárias ficaram felicíssimos pela sanção dessa lei, de autoria, num primeiro momento, da deputada federal, à época, Maria do Rosário, hoje ministra da secretaria Especial de Direitos Humanos. Também tivemos a participação muito grande, principalmente, dos deputados Décio

Lima e Pedro Uczai que, diuturnamente, estavam empenhados na aprovação dessa lei.

Em Itajaí, ainda, o ato marcante foi a entrega da ordem de serviço das obras de ampliação das barragens de Taió e Ituporanga, no vale do Itajaí. Nas duas obras de barragens do vale serão investidos R\$ 42 milhões, e os trabalhos começam neste mês e devem ser concluídos no prazo de 18 meses, até maio de 2015, conforme o cronograma do governo do estado, que também teve participação significativa nessa obra.

No caso de novas enchentes, a previsão é de que com as obras concluídas as melhorias permitam reduzir o nível da água, o armazenamento em 5m em relação ao que ocorreria com a estrutura atual.

Durante seu discurso, após a entrega das ordens de serviço, a presidenta explicou que além de Taió e de Ituporanga há investimentos em mais oito barragens, que serão construídas no estado de Santa Catarina e compõem uma linha de combate estratégico para a questão das cheias. O governo federal vai investir R\$ 60 milhões e aumentar em 18% a capacidade dos reservatórios com a intenção de minimizar os impactos das enchentes em todo o vale do Itajaí.

Essa, com certeza, foi a mais importante ação da presidenta Dilma Rousseff em Santa Catarina, pois esse é um problema que perdura há décadas, principalmente para nós que moramos na região de Blumenau e que sempre sofremos com as enchentes naquela localidade.

Finalmente no município de Florianópolis foi assinado, então, um convênio de mais R\$ 2 bilhões com o Banco do Brasil para investimentos na área de Infraestrutura, Saúde, Educação e Segurança para a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

Então, durante a presença da nossa presidenta Dilma Rousseff em nosso estado ocorreram três eventos maravilhosos. Por isso, o governador tem apoiado a presidenta e agradecemos, pois é uma forma de demonstração de gratidão com o povo catarinense a esta presidenta que tem sido generosa com a nossa gente. Tenho certeza de que

essa parceria deu certo e nós é que temos a ganhar, porque muitos recursos vieram e virão para o estado de Santa Catarina, como bem frisou o nosso ex-presidente Lula e a nossa presidenta Dilma Rousseff, que são governos republicanos e querem fazer o bem para todo o nosso povo.

Vale à pena salientar que em Florianópolis foi anunciado um investimento estratégico no Porto de Imbituba, inclusive, com o convênio já assinado. Então, ficamos felizes com a liberação dos recursos. O Parlamento Catarinense foi ágil na aprovação desses projetos que aqui aportaram oportunizando, então, esses convênios.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu quero registrar aqui os dois eventos em que o governador Raimundo Colombo esteve presente na semana passada em Joinville, que vieram contribuir muito com a questão da segurança pública, como também com a questão da infraestrutura, assistência social, saúde, energia, saúde e educação de toda a região.

Com os recursos do Pacto Por Santa Catarina, que o governador Raimundo Colombo repassou na semana passada para Joinville, que foram na ordem de R\$ 8.270,00 milhões, para a aquisição de 180 veículos, dos quais 153 foram para a Polícia Militar; 23 para a Polícia Civil e 4 para o Instituto-Geral de Perícias. Foram repassados 79 Fiat Pálio Weekend, 72 Renault Logan caracterizados, 7 Renault Duster, 18 Ford Fiesta descaracterizados e 2 Chevrolet S10 Rabecão. Somente para Joinville são 80 veículos que atenderão o 8º e o 17º Batalhão da Polícia Militar.

Dividindo essas viaturas por cidade, ficam 80 para Joinville, 2 para Araquari, 10 para São Francisco do Sul, 2 para Balneário Barra do Sul, 3 para Garuva, 4 para Itapoá, 5 para São Bento do Sul, 5 para Rio Negrinho, 2 para Campo Alegre, 24 para Jaraguá do Sul, 4 para Corupá, 8 para

Guaramirim, 2 para Massaranduba e 2 viaturas para Schoereder. Totalizando 180 viaturas entregues pelo governador na quinta-feira passada, na Expoville, em Joinville.

O governador Raimundo Colombo também na quinta-feira fez a sua prestação de contas e repasses para os municípios da região.

Nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Balneário Barra do Sul, Araquari, Itapoá, Barra Velha e São João do Itaperiú foram investidos pelo governo do estado R\$ 635,50 milhões, sendo R\$ 264,30 milhões em obras já concluídas. Outros R\$ 314,50 milhões estão aplicados nas obras em andamento e mais R\$ 56,70 milhões estão previstos para ações a serem iniciadas.

Na área da Infraestrutura o estado investiu cerca de R\$ 290 milhões, com destaque na conclusão das pavimentações da SC-415, em Itapoá e da Costa do Encanto no trecho de Gibraltar e Estaleiro, em São Francisco do Sul. Em andamento, a construção do contorno de Garuva, do Binário Vila Nova, em Joinville, e as pavimentações das ruas Tuiuti, Portugal e Albano Schmidt, também em Joinville estão entre as obras de destaque na região.

Para Assistência Social, foram aplicados R\$ 23 milhões, destacando a aquisição de um terreno para construção de complexo multiuso no bairro Boehmerwald, em Joinville. Ainda nessa área foram investidos R\$ 4,3 milhões na manutenção da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

Em Energia, os investimentos chegaram a R\$ 116,90 milhões com destaque na construção de uma subestação em Garuva, já concluída, e substituição da rede de distribuição de energia elétrica aérea por subterrânea nas ruas centrais de Joinville, que está em andamento.

A área da Saúde da região recebeu R\$ 42,40 milhões. Em uma das obras, o estado participou com R\$ 5 milhões na construção do hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul. Outro investimento foi o repasse de R\$ 14 milhões para ativação completa do

Complexo Emergencial Ulysses Guimarães 2, do Hospital Municipal São José de Joinville.

Em Educação foram investidos R\$ 78,20 milhões, com destaque na construção da Escola Indígena Jataity, em Barra do Sul, da reforma e ampliação da Escola Osvaldo Aranha e da reforma geral e ampliação da Escola Maria Amin Ghanem.

Nas áreas de Saneamento Básico, Justiça e Cidadania, Turismo, Cultura, Esporte, Desenvolvimento Tecnológico e Científico, Agricultura e Pesca, receberam juntos R\$ 83,60 milhões, com destaque para a conclusão da nova ala do semiaberto da penitenciária com 176 vagas e do centro de atendimento socioeducativo, ambos em Joinville.

Então, sr. presidente, ficam registradas as ações do Pacto Por Santa Catarina do governo de Raimundo Colombo, que tem dado grande ênfase em várias áreas, como Educação, Saúde e Segurança. Ele esteve na semana passada na região norte de Joinville e nesta semana visita também o planalto norte, entregando viaturas para as polícias da região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns, deputado Sandro Silva.

Faço minhas as suas palavras com relação ao agradecimento ao governador Raimundo Colombo pelo investimento que está fazendo no norte do estado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.